



BANCO ALFA S.A.

C.N.P.J. 03.323.840/0001-83
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Ouviodoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas: Temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, do Banco Alfa S.A., acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco no exercício findo nesta data. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários. É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco Alfa S.A. ao trabalho de seus funcionários, ao apoio de seus acionistas e, finalmente, à confiança de seus clientes e instituições financeiras do mercado, que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - EM R\$ MIL

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades		35	41
Instrumentos Financeiros		1.342.653	3.638.865
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	140.237	14.000
Títulos e Valores Mobiliários	4	71.342	205.387
Relações Interfinanceiras		13.637	7.764
Operações de Crédito	5	1.117.437	3.411.714
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(12.269)	(18.161)
Outros Ativos		5.832	24.557
Créditos Tributários		11.110	49.286
Imobilizado de Uso Intangível		1.059	1.040
Depreciações e Amortizações		(1.106)	(834)
Ativo Total		1.348.291	3.695.458

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		1.195.499	3.494.362
Depósitos	8	1.195.485	1.314.884
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	8	—	2.032.159
Relações Interdependências		14	17
Instrumentos Financeiros Derivativos	11a	—	147.302
Provisões		783	328
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	9	783	328
Outros Passivos		10	30.732
Obrigações Fiscais Diferidas		2	36.535
Patrimônio Líquido		121.275	113.504
Capital Social		56.752	55.500
Reservas de Lucros		64.523	58.004
Passivo Total		1.348.291	3.695.458

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021

	Capital Realizado	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Eventos				
Saldos em 31/12/2019	53.800	57.188	—	110.988
Aumento de Capital - AGE 24/04/2020	1.700	(1.700)	—	—
Lucro Líquido do Exercício	—	—	3.492	3.492
Destinações:				
Reservas	—	2.516	(2.516)	—
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	(976)	(976)
Saldos em 31/12/2020	55.500	58.004	—	113.504
Mutações do Exercício	1.700	816	—	2.516
Saldos em 31/12/2020	55.500	58.004	—	113.504
Aumento de Capital - AGE 31/03/2021	1.252	(1.252)	—	—
Lucro Líquido do Exercício	—	—	10.192	10.192
Destinações:				
Reservas	—	7.771	(7.771)	—
Dividendos	—	—	(2.421)	(2.421)
Saldos em 31/12/2021	56.752	64.523	—	121.275
Mutações do Exercício	1.252	6.519	—	7.771
Saldos em 30/06/2021	56.752	60.460	—	117.212
Lucro Líquido do Semestre	—	—	5.329	5.329
Destinações:				
Reservas	—	4.063	(4.063)	—
Dividendos	—	—	(1.266)	(1.266)
Saldos em 31/12/2021	56.752	64.523	—	121.275
Mutações do Semestre	—	4.063	—	4.063

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

01. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras do Banco Alfa S.A. ("Banco") foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 22/02/2022 e aprovadas pela Reunião da Diretoria em 23/02/2022. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. O Banco é integrante do Conglomerado Financeiro Alfa (Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento, Investimentos e Alfa Arrumamento Mercantil S.A.). Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até o momento, as alterações aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação dos relatórios contábil-financeiros aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados. O BACEN através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exatidão; ii) a estrutura da Demonstração do Resultado das Operações que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional e o ativo e, iii) passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo e iv) incidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. **(a) Apreciação do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999. **(b) Ativo Circulante e não Circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, pelos valores de mercado. Os rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado especificamente em relação ao registro e à avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068 (vide nota explicativa nº 4). A Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682 (vide nota explicativa nº 5). **(c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme a categoria estabelecida pela Circular BACEN nº 3.068 de 08/11/2001 - "Títulos para negociação". Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para negociação" são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata die", e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **(d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na categoria "Títulos para negociação" do Banco. As valorizações e os desvalorizações são registrados em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como hedge de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado. O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 11, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como hedge de risco de mercado, tendo como objeto operações de crédito. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3. As operações de crédito destinadas para hedge de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (D1 X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção hedge, conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 11.

(e) Cessão de Crédito: A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11/09/2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, e, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada. As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica "Operações de Crédito", mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados. Nas cessões de crédito com retenção dos riscos, os ativos financeiros objetos da venda ou de transferência devem permanecer registrados no ativo, na rubrica "Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão". Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida o passivo referente a obrigação assumida, e, as receitas e despesas são apropriadas mensalmente, de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. **(f) Ativo Permanente:** Demonstrado ao custo contábil monetarizado até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos: f.1) Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, sob o prazo máximo de 05 anos. f.2) Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **(g) Passivo Circulante e não Circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(h) Impostos e Contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação imperante de cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda: 15% mais adicional de 10%, contribuição social alíq. 20% para o Banco a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019, b) 25% para o Banco e 20% para as controladas no período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 (convertida na Lei nº 14.183/21), PIS: 0,65% e COFINS: 4%. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 7). **(i) Ativos e Passivos Contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações contingentes decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem à garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciários, cíveis, trabalhistas e prestações de garantias (nota explicativa nº 9) - decorrem substancialmente das demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em cobranças e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **(j) Estimativas Contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 5 "h"); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 7 "j"); • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 9); e • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas ou julgamentos é revisado no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **(k) Moeda Funcional e de**

Apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **(l) Resultado Recorrente/não Recorrente:** As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Além disso, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem provisoriedade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2021, no montante de R\$ 10.192, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
O Banco possui aplicação interfinanceira de liquidez com empresa ligada no montante de R\$ 140.237 (31/12/2020 R\$ 14.000) com taxa indexada de 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazo de vencimento até 31/01/2022.

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Composição de títulos e valores mobiliários:

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	71.084	205.140
Vinculadas a prestação de garantias:		
Letras financeiras do tesouro (I)	258	247
Total - títulos e valores mobiliários	71.342	205.387
(I) Títulos dados em garantia para depósito judicial		
b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento:		
	31/12/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	91 a 360 dias
Títulos para negociação (I)	360 dias	1.080 dias
Letras financeiras do tesouro	31.437	39.905
	Valor contábil	Valor de custo (II) a mercado
	71.342	71.343
	31/12/2020	31/12/2020
	Valor contábil	Valor de custo (II) a mercado
	205.387	205.484
(I) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. II) Valor de Custo: Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. "Títulos para negociação": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • O ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título "Resultado com títulos e valores mobiliários". Os títulos públicos são custodiados na Selic.		

05. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição da carteira de crédito:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	1.112.629	3.034.810
Financiamentos	205.387	287.147
Vinculadas a cessão	4.808	12.941
Total da carteira	1.117.437	3.334.898
Ajuste a valor de mercado - item objeto de hedge	—	76.816
Total da carteira	1.117.437	3.411.714
b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:		
	31/12/2021	31/12/2020
	Valor	%

Setores de atividades	31/12/2021	31/12/2020
	Valor	%
Sector Privado:		
Pessoas Físicas	1.116.087	99,9
Outros Serviços	—	—
Indústria	996	0,1
Comércio	—	—
Rural	354	—
Total da carteira	1.117.437	100,0
c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:		
	31/12/2021	31/12/2020
	A Vencer	Vencidos
Parcelas por Faixas de Vencimento		Total
a vencer até 180 dias	147.007	1.141
a vencer de 181 a 360 dias	131.688	990
a vencer acima de 360 dias	828.847	6.884
Total vencidas	1.107.542	9.015
vencidas até 60 dias	—	268
vencidas de 61 a 180 dias	—	439
vencidas acima de 180 dias	—	173
Total vencidas	—	880
Total da carteira	1.107.542	9.895
Parcelas por Faixas de Vencimento		
a vencer até 180 dias	914.594	1.001
a vencer de 181 a 360 dias	868.578	784
a vencer acima de 360 dias	1.545.071	4.125
Total vencidas	3.328.243	5.910
vencidas até 60 dias	—	274
vencidas de 61 a 180 dias	—	350
vencidas acima de 180 dias	—	121
Total vencidas	—	745
Total da carteira	3.328.243	6.655
d) Composição da carteira de crédito por níveis de risco: Demonstramos a seguir, o saldo da carteira de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:		

	31/12/2021			Provisão		
Níveis de Risco	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	
AA	1.175	—	1.175	—	—	—
A	1.103.401	—	1.103.401	5.517	6.400	—
B	1.282	1.016	2.298	23	69	—
C	539	1.140	1.679	50	106	—
D	277	838	1.115	112	112	—
E	54	1.345	1.399	420	420	—
F	163	1.678	1.841	921	921	—
G	88	871	959	671	671	—
H	563	3.007	3.570	3.570	3.570	—
Total carteira	1.107.542	9.895	1.117.437	11.284	12.269	

	31/12/2021			Provisão		
Níveis de Risco	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	
AA	687.829	—	687.829	—	—	—
A	2.554.607	—	2.554.607	12.773	13.284	—
B	75.620	645	76.265	763	1.220	—
C	9.331	1.278	10.609	318	335	—
D	192	837	1.029	103	103	—
E	63	687	750	225	225	—
F	237	963				



BANCO ALFA S.A.

C.N.P.J. 03.323.840/0001-83
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

Ouidoria: 0800-7220140

08. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 31/12/2021
Depósitos a vista (i)	93.077	-	-	-	93.077
Depósitos interfinanceiros (ii)	-	32.626	182.563	887.219	1.102.408
Total de depósitos	93.077	32.626	182.563	887.219	1.195.485
Recursos de aceites e emissão de títulos: Letras financeiras (iii)	-	-	-	-	-
Total - recursos captados	93.077	32.626	182.563	887.219	1.195.485
% Concentração por prazo	7,8	2,7	15,3	74,2	100,0

i) Depósitos à vista: Representado pelos valores livres para movimentação de pessoas físicas e pessoas jurídicas no montante de R\$ 93.077 (31/12/2020 R\$ 91.775); ii) Depósitos interfinanceiros: Com vencimentos até 01/03/2022 indexados à taxa pré-fixada que varia de 1,29% a 10,49% a.a. e pós-fixada indexado em 100,00% do CDI, com empresas ligadas; iii) Recursos de letras hipotecárias, imobiliárias, de crédito e similares: Com vencimento até 17/12/2021 indexados à taxa pós-fixada de 100% da Selic.

09. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Previdenciárias e Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	140	119	69	328
(+) Complemento líquido de reversões	(119) (*)	700	(37)	544
(+) Atualização de provisão	3	-	-	3
(-) Baixa por pagamento	-	(83)	(9)	(92)
Saldo Final em 31/12/2021	24	736	23	783

(*) Refere-se basicamente a reversão decorrente de ganho de ação da tese de aviso prévio indenizado. a) As contingências fiscais referem-se principalmente às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 7.647 (31/12/2020 R\$ 7.427), com destaque para a cobrança de PIS/COFINS - Dedução Operação de Cessão de Crédito com Cobrigação. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes". b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões de direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes". As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisões são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a esse título. Em 31/12/2020 as contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 138 (31/12/2020 R\$ 132). c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. Para determinar o volume adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 699 (31/12/2020 R\$ 297) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

10. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	10.282	16.738
Provisões para pagamento de despesas de pessoal e administrativa	11.431	13.192
Obrigações por venda de ativos financeiros (Nota 06e)	4.831	13.037
Impostos e contribuições a recolher	763	1.063
Provisões para impostos e contribuição sobre o lucro	263	4.378
Participação nos lucros	845	14
Outros passivos	2.317	2.307
Total	30.732	50.729
Circulante	28.638	44.760
Não Circulante	2.094	5.969
Total	30.732	50.729

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A partir de 2020, o Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos para hedge de valor justo:

	31/12/2021		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	-	-	-
Posição ativa	-	-	-
Pré	-	-	-
Posição passiva	-	-	-
Contratos de Swaps - exposição líquida	-	-	-

	31/12/2020		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	920.164	986.970	986.970
Posição ativa	920.164	986.970	986.970
Pré	920.164	1.057.192	1.134.272
Posição passiva	920.164	1.057.192	1.134.272
Contratos de Swaps - exposição líquida	-	(70.222)	(147.302)

b) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021			
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias
Swaps	-	-	-	-

	31/12/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swaps	(4.856)	(13.617)	(46.641)	(82.188)	(147.302)

(c) No exercício o resultado positivo no montante de R\$ 47.171 (2020 R\$ 112.013 negativo) foi reconhecido na demonstração do resultado sob o título "instrumentos financeiros derivativos". No exercício ocorreu a marcação a mercado positiva no montante de R\$ 77.080 (2020 R\$ 77.080 negativo). **Contabilidade de Hedge:** O Banco adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de hedge a Administração tem por objetivo proteger o spread de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2020, o Banco utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de hedge pela contabilidade de hedge.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social é composto por 25.380.650 ações ordinárias, sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2021, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/05/2021, aprovou o aumento do capital social de R\$ 55.500 para R\$ 56.752; sendo R\$ 1.252 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "reserva de lucros - reserva para aumento de capital", sem emissão de novas ações. b) **Dividendos:** O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no artigo 19º do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/95. Para o exercício de 2021 foi aprovado a título de dividendos o valor de R\$ 2.421, correspondente a R\$ 95,38 por lote de mil ações ordinárias (2020 a título de juros sobre capital próprio o valor de R\$ 976, correspondente a R\$ 38,44 por lote de mil ações ordinárias, sujeito à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%). Os juros foram contabilizados em conformidade com a Carta Circular BACEN nº 3.935 de 25/02/2019, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

13. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2º Semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
Rendas de empréstimos	50.299	86.331	201.677	201.677	201.677	201.677
Rendas de financiamentos	654	4.384	7.000	7.000	7.000	7.000
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	702	1.372	1.317	1.317	1.317	1.317
Total	51.655	92.087	209.994	209.994	209.994	209.994

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários:

	2º semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.899	14.647	16.739	16.739	16.739	16.739
Títulos de renda fixa	3.578	5.887	5.249	5.249	5.249	5.249
Ajuste marcação a mercado	(6)	65	(188)	(188)	(188)	(188)
Total	16.471	20.599	21.800	21.800	21.800	21.800

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020		Exercícios	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	2021	2020
Depósitos à vista	(19.454)	(21.584)	-	-	-	-
- Controladora	(9.636)	(12.559)	-	-	-	-
Administradora Fortaleza Ltda.	(2)	(21)	-	-	-	-
Financeira Alfa S.A. - CFI	(9.634)	(12.538)	-	-	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora;	(119)	(102)	-	-	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(9.699)	(8.923)	-	-	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(3.903)	(2.732)	-	-	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(550)	(573)	-	-	-	-
Alfa Holdings S.A.	(5)	(5)	-	-	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A	(26)	(60)	-	-	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(59)	(323)	-	-	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(3.172)	(2.218)	-	-	-	-
C&C Casa e Construção Ltda.	(669)	(3.057)	-	-	-	-
Companhia Refinadora da Amazonia	(101)	(137)	-	-	-	-
Fazenda Fortaleza	(295)	-	-	-	-	-
Fundação Clemente Faria	(66)	(41)	-	-	-	-
Metro Tâxi Aéreo Ltda.	(13)	-	-	-	-	-
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	(2)	(93)	-	-	-	-
Nova América Holdings Ltda.	(500)	-	-	-	-	-
Vera Cruz Empreendimentos Ltda.	(16)	-	-	-	-	-
Uvale S/A Uvas Vale de Gorutuba	(51)	-	-	-	-	-
Outras	(271)	316	-	-	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	(962.171)	(1.209.109)	(50.801)	(25.593)	(50.801)	(25.593)
- Outras partes relacionadas (1)	(962.171)	(1.209.109)	(50.801)	(25.593)	(50.801)	(25.593)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(962.171)	(1.209.109)	(50.801)	(25.593)	(50.801)	(25.593)
Aplicações (Captações) no mercado aberto	-	-	(62)	(98)	(62)	(98)
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	(62)	(98)	(62)	(98)
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	-	(62)	(98)	(62)	(98)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.266)	(683)	-	-	-	-
- Controladora	(1.013)	(683)	-	-	-	-
Financeira Alfa S.A. - CFI	(1.013)	(547)	-	-	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(253)	(136)	-	-	-	-
Corumbal Participações e Administração	(253)	(136)	-	-	-	-
Obrigações por venda de ativos financeiros (2)	(4.831)	(13.037)	(1.593)	(4.406)	(1.593)	(4.406)
- Controladora	(4.831)	(13.037)	(1.593)	(4.406)	(1.593)	(4.406)
Financeira Alfa S.A. - CFI	(4.831)	(13.037)	(1.593)	(4.406)	(1.593)	(4.406)
Outras transações (3)	196	(3.626)	(79.602)	(47.435)	(79.602)	(47.435)
- Outras partes relacionadas (1)	196	(3.626)	(79.602)	(47.435)	(79.602)	(47.435)
Alfa Previdência e Vida S.A	-	-	(2)	(21)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	-	-	(4)	(21)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(51)	(1.333)	(36.162)	(9.723)	-	-
Financeira Alfa S.A. - CFI	247	(2.293)	(43.434)	(35.617)	-	-
Metro Sistemas e Informática Ltda	-	-	-	(404)	-	-
Instituto Alfa de Cultura	-	-	-	(93)	-	-
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	-	(1.577)	-	-

(1) As transações referem-se às operações realizadas com pessoas físicas e jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas. (2) Refere-se às cessões de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com cobrigação e sem cobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, conforme detalhado nas notas explicativas nºs 051ª e 052ª. (3) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia geral anual dos acionistas, é estabelecida a remuneração para a Diretoria. No exercício, o montante registrado foi de R\$ 2.814 (2020 R\$ 4.400) para a Diretoria. O Banco não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisões para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações diferidas aos

demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito; • Artigo 7º: Limites - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e; b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras receitas operacionais:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
Recuperação de encargos	641	937	1.743	1.743	1.743	1.743
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	133	170	1.192	1.192	1.192	1.192
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	73	115	209	209	209	209
Reversão de provisões operacionais	-	29	-	-	-	-
Outras rendas operacionais	16	37	45	45	45	45
Total	863	1.288	3.189	3.189	3.189	3.189

b) Outras despesas administrativas:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
Processamento de dados	(3.614)	(6.262)	(5.674)	(5.674)	(5.674)	(5.674)
Serviço do sistema financeiro	(1.247)	(2.458)	(2.124)	(2.124)	(2.124)	(2.124)
Serviço técnico especializado	(328)	(746)	(2.167)	(2.167)	(2.167)	(2.167)
Contribuição filantrópica	(303)	(303)	(185)	(185)	(185)	(185)
Aluguel	(257)	(504)	(495)	(495)	(495)	(495)
Serviço de terceiros	(224)	(437)	(420)	(420)	(420)	(420)
Vigilância e segurança	(223)	(440)	(387)	(387)	(387)	(387)
Comunicações	(209)	(410)	(246)	(246)	(246)	(246)
Depreciação/amortização	(141)	(277)	(166)	(166)	(166)	(166)
Outras despesas administrativas	(594)	(1.086)	(1.026)	(1.026)	(1.026)	(1.026)
Total	(7.140)	(12.923)	(12.890)	(12.890)		